



Inovação e cooperação nos parques científicos e tecnológicos gaúchos: podemos comemorar?

Atualmente, o desenvolvimento de parques científicos e/ou tecnológicos (PCTs) constitui-se em um dos instrumentos mais utilizados, ainda que controversos, de política de inovação no mundo. Tais espaços podem trazer vantagens importantes no âmbito de três fatores essenciais para os processos de inovação tecnológica: (a) **dinâmicas de aprendizagem** associadas aos **esforços de inovação**; (b) **dinâmicas de interação** entre empresas e instituições, no sentido da promoção de **redes de cooperação**; e (c) conjunto de **recursos** existentes em cada território, que caracterizaria o **capital territorial** de cada região (patrimônios natural e cultural, recursos humanos, etc.). Desse modo, as empresas localizadas neles podem beneficiar-se da troca de informações, da possibilidade de parcerias com outras organizações, da infraestrutura e dos serviços de pesquisa e desenvolvimento e de incubadoras tecnológicas, elementos importantes, principalmente, para empresas emergentes em nichos específicos de mercado (*start-ups*) ou para empresas novas que surgem a partir de uma empresa maior, de uma universidade ou de um centro de pesquisa público ou privado (*spinoffs*).

Os três principais PCTs em operação no RS são o Parque Científico e Tecnológico da PUCRS (Tecnopuc), em Porto Alegre; o Parque Tecnológico de São Leopoldo (Tecnosinos), em São Leopoldo; e o Parque Tecnológico do Vale do Sinos (Valetec), que recentemente mudou de nome para Feevale Techpark, em Campo Bom; todos ligados a universidades e situados na Região Metropolitana de Porto Alegre. Uma de suas principais características positivas é a possibilidade de as firmas instaladas aproveitarem os conhecimentos de ciência e tecnologia acumulados e desenvolvidos nas instituições de ensino superior vinculadas a essas experiências. Isso é visível na tabela, em que se verifica que as universidades foram as instituições mais requisitadas pelas empresas hospedadas (para 22,6% das firmas) nos três parques, para cooperarem em atividades de inovação. Depois delas, os agentes com que tinham maior cooperação para inovar foram os clientes (12,9%) e outras empresas (11,3% com concorrentes e 10,5% com de outros setores). Chama atenção, também, a proporção de firmas (39,5%) que cooperaram para inovar, aparentemente baixa, mas significativa, se comparada à média das empresas industriais gaúchas e do País e mesmo dos PCTs brasileiros e da América Latina, porém não tão alta como em países centrais em termos de inovação (da Europa, EUA). Merece ser mencionada também a importante participação dos Governos, principalmente Estadual e Federal, no financiamento dos parques para suas atividades de inovação, configurando a

necessária conjunção das universidades, das empresas e do Governo — na concepção conhecida como hélice tríplice.

Além dos três PCTs consolidados, estão em implantação mais 12 parques no território gaúcho, alguns já em operação, a partir de iniciativas locais e com o apoio de políticas públicas. Esses novos empreendimentos estão localizados em diversas cidades, como na Capital, em Pelotas, Rio Grande, Canoas, Santa Cruz do Sul, Lajeado, Santa Maria, Passo Fundo, Erechim, Alegrete e Bom Princípio.

Com base na experiência dos três parques consolidados, e, aparentemente, dos que estão sendo implantados, é possível afirmar que a ancoragem territorial (condições cognitivas e institucionais locais) das políticas é um fator essencial para o aproveitamento dos ativos e dos recursos já existentes no território e para a mobilização dos atores locais. Efetivamente, a participação do maior número de indivíduos e de organizações, com algum grau de coesão social, fornece maior garantia de continuidade das experiências. Tal configuração proporciona, ao mesmo tempo, maior capacidade às empresas de assimilar conhecimentos que estão fora da própria firma, do Estado ou, mesmo, do País. Dessa forma, nesses espaços, pode-se promover uma maior diversidade de fontes de conhecimentos (internos e externos) e facilitar a interação entre todos esses conhecimentos, de modo a gerar novos.

Número e percentual das empresas situadas nos parques Tecnopuc, Tecnosinos e Valetec, segundo as organizações com que cooperaram para inovar, no RS — 2012-13

DISCRIMINAÇÃO	EMPRESAS	
	Número	Percentual
Universidades	28	22,6
Clientes	16	12,9
Concorrentes (firma do mesmo setor)	14	11,3
Empresa de outro setor	13	10,5
Fornecedores	7	5,6
Empresas de consultoria	6	4,8
Instituições de pesquisa	4	3,2
Outras	6	2,4
Total de empresas que cooperaram para inovar	49	39,5
TOTAL DE EMPRESAS	124	100,0

FONTE: TARTARUGA, I. G. P. **Inovação, território e cooperação**: Um novo panorama da Geografia Econômica do Rio Grande do Sul. 2014. 334 f. Tese (Doutorado em Geografia) — Instituto de Geociências, UFRGS, Porto Alegre, 2014. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/106435>>.

O Plano Nacional de Educação e a dificuldade no cumprimento da meta para a pré-escola

A Lei nº 13.005, de junho de 2014, aprovou o Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-24 com o objetivo de definir diretrizes para a educação básica e superior, além de estabelecer metas de qualidade, tanto para infraestrutura escolar como para formação de professores, e metas de investimentos em educação.

A meta 1 do Plano, dentre as 20 metas estabelecidas, diz respeito à ampliação da oferta de vagas na educação infantil. Com relação à educação infantil na creche, a meta visa ampliar a taxa de atendimento das crianças de até três anos para, no mínimo, 50% até 2024. Já para a educação infantil na pré-escola, o PNE estabelece como meta a universalização, até 2016, do atendimento em creche para crianças de quatro a cinco anos de idade. Dessa forma, estende-se a obrigatoriedade da educação, no Brasil, para a faixa etária de quatro a 17 anos.

A universalização do atendimento em pré-escola tem sido o principal ponto de preocupação de estados e municípios, em virtude do prazo exíguo. A FEE estimou a taxa de matrícula líquida em pré-escola — a razão entre o número de crianças de quatro a cinco anos matriculadas em pré-escola e a população dessa faixa etária — para os municípios do RS. A estimativa foi realizada a partir das informações de atendimento por local de residência do Censo Escolar, corrigindo eventuais duplicidades de matrículas, e das projeções populacionais por faixa etária da própria FEE. Em 2013, o RS apresentou taxa de matrícula líquida na pré-escola de 66,3%. Analisando as mesorregiões do Estado, percebe-se a heterogeneidade espacial no atendimento em pré-escola. Mesorregiões como a Metropolitana e a Sudeste terão uma dificuldade maior ainda para o cumprimento da meta, por apresentarem taxas de matrículas líquidas inferiores à do RS, 58,2% e 57,8% respectivamente. Dentro da mesorregião Metropolitana, destaca-se negativamente a situação de Alvorada. Em 2013, apenas 19,5% das crianças de quatro a cinco anos desse município estavam matriculadas em pré-escola. As mesorregiões Centro Oriental e Noroeste, com taxas de atendimento acima de 80%, são as mais próximas de cumprirem a meta.

Quando se compara a situação gaúcha com o atendimento nessa faixa etária dos países desenvolvidos, percebe-se como a meta estabelecida é de difícil execução. A média de atendimento em pré-escolas, para crianças de quatro a cinco anos, dos países-membros da Organização Para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) em 2010, por exemplo, foi de 87%. Mesmo em países de educação reconhecidamente de alta qualidade — Finlândia (61%), Suécia (94%) e Noruega (97%) —, o atendimento de crianças de quatro a cinco anos não é universalizado.

Além disso, um ponto fundamental deve ser ressaltado, quando se discute uma meta de atendimento de 100% para 2016: a mudança na estrutura demográfica brasileira e gaúcha. A taxa de fecundidade vem declinando nas últimas décadas,

de modo que o crescimento da população, principalmente nessa faixa etária, tende a ser negativo para os próximos anos. Com base nos dados dos últimos dois censos demográficos, verifica-se uma queda acentuada do número de crianças de quatro a cinco anos, tanto no Brasil como no RS. A população brasileira nessa faixa etária, em 2000, era de 6,8 milhões de crianças, enquanto, em 2010, foi de 5,8 milhões. No RS, havia 359.000 crianças de quatro a cinco anos em 2000; já em 2010, esse número era 277.000. Dessa forma, só no Estado, entre 2000 e 2010, o número de crianças de quatro a cinco anos reduziu-se em cerca de 80.000.

Nesse cenário, o cumprimento imediato da meta, ainda que pareça desejável no curto prazo, pode gerar problemas no futuro. É provável que a transição demográfica acarrete estruturas subutilizadas e professores com poucos alunos, gerando despesas adicionais que poderiam ser alocadas para atender outras demandas sociais.

Por fim, diversos estudos nacionais e internacionais atestam a importância da primeira infância para o desenvolvimento de habilidades cognitivas e não cognitivas. Logo, é indispensável que escolas e famílias forneçam instrumentos adequados para o desenvolvimento das crianças. A ampliação da oferta de educação infantil sem a melhora na qualidade não garante benefícios para as crianças. Problemas de formação nessa fase de aprendizado repercutem em outras etapas de ensino e, por consequência, podem representar prejuízos irreversíveis para a vida dessas pessoas. É necessário, portanto, que as políticas públicas sejam focadas em ampliar a qualidade da educação nos anos iniciais e que considerem as famílias como parte fundamental no processo de desenvolvimento infantil.

Número de matrículas líquidas, população de quatro a cinco anos, e taxa de matrícula em pré-escola, por mesorregião e no RS — 2013

MESORREGIÃO	MATRÍCULAS LÍQUIDAS EM PRÉ-ESCOLA	POPULAÇÃO DE QUATRO A CINCO ANOS	TAXA DE MATRÍCULA LÍQUIDA EM PRÉ-ESCOLA (%)
Centro Ocidental	8.068	11.674	69,1
Centro Oriental	13.851	17.002	81,5
Metropolitana	67.198	115.443	58,2
Nordeste	16.516	24.117	68,5
Noroeste	35.415	42.373	83,6
Sudeste	11.952	20.685	57,8
Sudoeste	12.387	18.142	68,3
Rio Grande do Sul	165.387	249.436	66,3

FONTE DOS DADOS BRUTOS: INEP. Censo Escolar 2013.

NOTA: Estimativas da FEE.

Marcos Vinicio Wink Junior
Economista, Pesquisador da FEE

Acesso à Internet e exclusão digital no Brasil

Em abril, a Presidenta Dilma Rousseff e o criador da rede social Facebook, Mark Zuckerberg, anunciaram uma parceria para levar conexão de banda larga a populações de baixa renda e a áreas isoladas do País. O anúncio coloca em evidência a importância da Internet para as relações econômicas, políticas e sociais na atualidade — desde a realização de transações financeiras e de *e-commerce* até o exercício de direitos de informação, participação e serviços públicos, através do chamado *e-government*.

Conforme o recém-publicado **Suplemento Acesso à Internet 2013** da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), estima-se que 45,3% da população brasileira com 10 anos ou mais eram usuários da Internet (utilizaram a rede nos últimos três meses). Se considerados outros dispositivos além do microcomputador (celular, *tablet* e outros), esse percentual sobe para 49,4%. Dentre os domicílios particulares permanentes, 48% contavam com acesso à rede, sendo que 77,1% o faziam por meio de banda larga fixa, e 43,5%, móvel. Do total, 19,6% usavam somente a conexão móvel.

Os dados apontam o aumento na utilização de dispositivos e redes móveis, em especial em estados onde a penetração da infraestrutura de fibra óptica ainda é precária. Na Região Norte, apenas 36,8% dos domicílios utilizavam a Internet em 2013. Desses, 35% o faziam somente por meio de celular ou *tablet*, e 49,1% acessavam apenas via banda larga móvel. Só 47,1% contavam com rede fixa, cujas taxa de transferências e velocidade de transmissão são melhores em comparação. Na Região Sul e no Rio Grande do Sul, em específico, a banda larga móvel como único meio de acesso representa 17,5% e 24,9% dos domicílios respectivamente.

Por sua vez, a rede fixa está presente em 80% e 73% dos lares. Regionalmente, é a menor presença de banda larga móvel verificada.

Os resultados da Pesquisa refletem as clivagens brasileiras não só regionais, mas também econômicas e sociais. Em 2013, 57,6% dos domicílios urbanos acessavam a rede, enquanto apenas 15% dos rurais o faziam. A Internet está presente na larga maioria dos domicílios com rendimento mensal *per capita* superior a cinco salários mínimos (85,5%) e entre três e cinco salários mínimos (78,6%), ao passo que não atinge nem metade dos lares com rendimento entre meio e um salário mínimo (38,4%) e de um quarto a meio salário (28,6%). Segundo o nível de instrução, mais de 90% da população com superior incompleto ou completo é usuária da Internet, mas somente 45,6% e 29,9% das pessoas com fundamental completo e incompleto o são respectivamente.

A despeito do crescimento no acesso, a oferta de Internet no Brasil não tem acompanhado a demanda político-social pelo meio. O Plano Nacional de Banda Larga (2010) não decolou, e o custo e a disponibilidade do serviço ainda são as principais razões para sua não utilização, segundo a pesquisa **TIC Domicílios 2013** do Centro de Estudos sobre as Tecnologias da Informação e da Comunicação (CETIC.br). Considerando a Internet um direito habilitador do exercício da cidadania na era digital, políticas de combate à exclusão digital continuam sendo um desafio para os governos municipais, estaduais e federal.

Ana Júlia Possamai
Mestre em Ciência Política, Pesquisadora da FEE

Juros, câmbio, investimento e exportações no Brasil entre 2011 e 2014

O investimento e as exportações são variáveis centrais para o crescimento econômico a longo prazo. O investimento é necessário para o aumento da capacidade produtiva da economia, ao passo que as exportações são decisivas para relaxar a restrição externa ao crescimento. No debate brasileiro, com muita frequência argumenta-se que essas duas variáveis não assumem uma dinâmica satisfatória em virtude de dois preços macroeconômicos estarem “fora do lugar”: a taxa de juros muito alta inibiria os investimentos privados, e a taxa de câmbio muito valorizada faria o mesmo com as exportações.

De uma maneira geral, a política econômica praticada no primeiro mandato da Presidente Dilma Rousseff parece ter assumido esse diagnóstico. No segundo semestre de 2011, o Banco Central deu início a um ciclo de redução da taxa básica de juros que levou a meta da Selic ao nível nominal de 7,25% ao ano, no fim de 2012. O movimento reduziu a taxa *overnight* a níveis reais (critério *ex-post*) abaixo de 1% ao ano, no primeiro semestre de 2013. Houve também redução da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), implicando taxas de juros reais virtualmente nulas nas operações de crédito para investimento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). O esforço de redução dos *spreads* dos bancos públicos e privados reduziu também significativamente as taxas reais de juros cobradas no crédito geral a pessoas jurídicas. Essas ações, em conjunto com as desonerações tributárias, parecem ter sido efetivas para reduzir o custo do investimento.

Em meio ao ambiente de estabilidade tanto da taxa de juros norte-americana quanto da avaliação de risco-país medida pelo índice Emerging Markets Bond Index Plus (EMBI+),

a redução da taxa Selic diminuiu o diferencial de juros em cerca de cinco pontos percentuais em um intervalo de apenas nove meses, permanecendo nesse nível por cerca de um ano. Em conjunto com outras ações, o movimento sugere que o Banco Central estivesse buscando desvalorizar a taxa de câmbio, ou ao menos deter o processo de apreciação que caracterizou os dois mandatos do Presidente Lula. De fato, a desvalorização da taxa de câmbio nominal acumulou praticamente 60% ao longo dos 48 meses do primeiro mandato da Presidente Dilma Rousseff. Em termos reais, a desvalorização foi pouco superior a 30% no mesmo período.

De modo geral, houve, portanto, redução do custo do investimento e desvalorização da taxa de câmbio. Esse movimento de preços relativos no sentido desejado por muitos economistas não resultou, entretanto, em alteração da dinâmica das quantidades de exportações e de investimento. De acordo com os índices divulgados pela FEE, o volume exportado pelo Brasil em 2014 foi cerca de 13% menor do que o exportado em 2010. A taxa de investimento, medida como a razão entre a formação bruta de capital fixo e o PIB a preços constantes de 1995, não mostrou tendência de aumento, oscilando em torno do patamar de 22% ao longo do período 2011-14. Isso sugere que a dinâmica das exportações e do investimento dependa muito mais de outras variáveis de quantidades (como o crescimento da renda mundial no caso das exportações e o crescimento do PIB doméstico no caso do investimento) do que de alterações de preços relativos.

Fernando Maccari Lara
Economista, Pesquisador da FEE

Tabela 1

Taxas de variação do IPCA e do IGP-M no Brasil — nov./14-abr./15

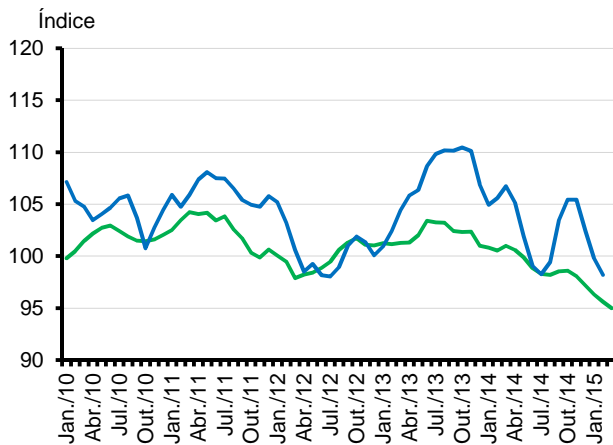
MESES	IPCA			IGP-M			(%)
	No Mês	No Ano	Acumulada em 12 Meses	No Mês	No Ano	Acumulada em 12 Meses	
	Nov./14	0,51	5,58	6,56	0,98	3,04	
Dez./14	0,78	6,41	6,41	0,62	3,67	3,67	
Jan./15	1,24	1,24	7,14	0,76	0,76	3,96	
Fev./15	1,22	2,48	7,70	0,27	1,03	3,85	
Mar./15	1,32	3,83	8,13	0,98	2,02	3,15	
Abr./15	0,71	4,56	8,17	1,17	3,22	3,54	

FONTE: IBGE.

Fundação Getúlio Vargas.

Gráfico 1

Produção física industrial no Brasil e no Rio Grande do Sul — jan./10-mar./15



Legenda: — Brasil — RS

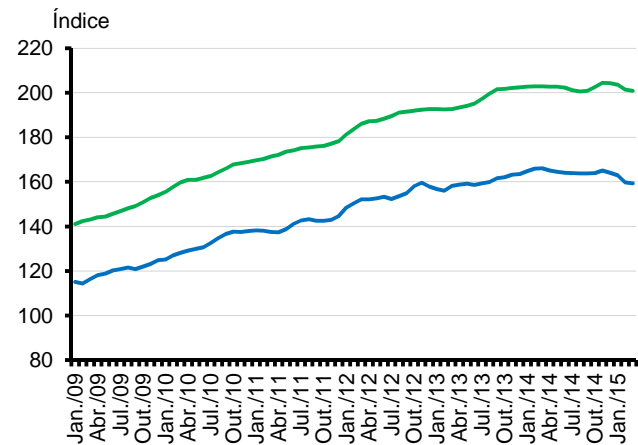
FONTE: IBGE. Pesquisa Industrial Mensal — Produção Física.

NOTA: 1. Média móvel trimestral do índice de base fixa mensal com ajuste sazonal.

2. Os índices têm como base a média de 2012 = 100.
3. Em 2014, a PIM-PF modifica a estrutura de coleta.

Gráfico 2

Volume de vendas do comércio varejista no Brasil e no Rio Grande do Sul — jan./09-mar./15



Legenda: — Brasil — RS

FONTE: IBGE. Pesquisa Mensal de Comércio.

NOTA: 1. Média móvel trimestral do índice de base fixa mensal com ajuste sazonal.

2. Os índices têm como base a média de 2002 = 100.

Tabela 2

Indicadores selecionados da economia brasileira — nov./14-abr./15

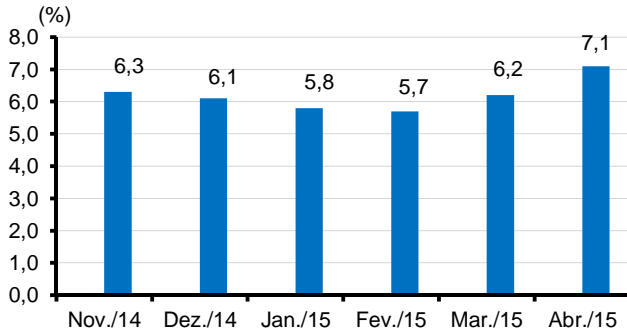
INDICADORES SELECIONADOS	NO MÊS						NO ANO (1)	EM 12 MESES (1)
	Nov./14	Dez./14	Jan./15	Fev./15	Mar./15	Abr./15		
Taxa de câmbio (US\$) (2)	2,55	2,64	2,63	2,82	3,14	3,04	2,91	2,55
Taxa de câmbio efetiva real (3)	95,0	96,7	93,4	98,7	106,9	106,9	101,5	94,2
Taxa básica de juros (% a.a.) (4)	11,25	11,75	12,25	12,25	12,75	13,25	12,62	11,64
Superávit primário (% do PIB)	1,68	2,68	-4,55	0,52	-0,05	-2,72	-1,73	0,76
Balança comercial (US\$ milhões)	-2.351	293	-3.174	-2.842	-	-	-6.016	-3.778
Exportações (US\$ milhões)	15.646	17.491	13.704	12.092	-	-	25.796	218.937
Importações (US\$ milhões)	-17.997	-17.198	-16.878	-14.934	-	-	-31.812	-222.715
Transações correntes (US\$ milhões)	-9.367	-10.317	-10.655	-6.879	-	-	-17.534	-89.850

FONTE: Banco Central do Brasil.

(1) Valores médios da taxa de câmbio, do índice da taxa de câmbio efetiva real e da taxa básica de juros; resultado acumulado para os demais. (2) Taxa de câmbio livre do dólar norte-americano (compra e venda) média do período (R\$/US\$). (3) Índice da taxa de câmbio efetiva real (IPCA), jun./94 = 100. (4) Taxa vigente no último dia útil do mês.

Gráfico 3

Taxa de desemprego total no
Rio Grande do Sul — nov./14-abr./15



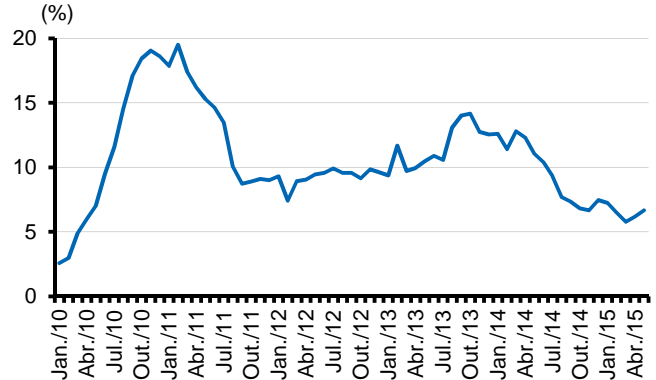
FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS, SEADE, DIEESE e apoio MTE/FAT.

NOTA: 1. A partir de julho de 2014, o Dieese interrompeu a divulgação da taxa brasileira.

2. Rio Grande do Sul corresponde apenas à Região Metropolitana de Porto Alegre.

Gráfico 4

Taxa de variação da arrecadação do ICMS
no Rio Grande do Sul — jan./10-maio/15



FONTE: Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul.

NOTA: Variação acumulada em 12 meses.

Tabela 3

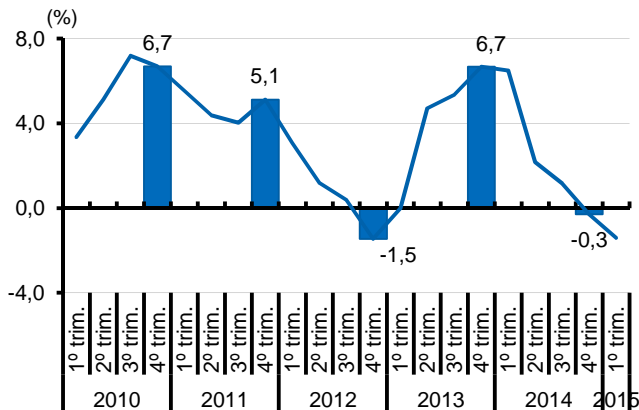
Exportações do Brasil e do Rio Grande do Sul — nov./14-abr./15

MESES	EXPORTAÇÕES ACUMULADAS NO ANO (US\$ FOB milhões)		PARTICIPAÇÃO RS/BR (%)	VARIÇÃO ACUMULADA NO ANO (%)					
	RS	Brasil		Valor		Volume		Preço	
				RS	Brasil	RS	Brasil	RS	Brasil
Nov./14	17.261	207.610	8,3	-27,9	-6,2	-25,6	-2,2	-2,9	-4,3
Dez./14	18.608	225.101	8,3	-25,8	-7,1	-24,3	-2,8	-1,4	-4,6
Jan./15	967	13.704	7,1	-10,3	-14,5	4,7	3,0	-14,3	-17,0
Fev./15	1.841	25.796	7,1	-12,1	-19,3	0,6	-2,6	-12,7	-17,2
Mar./15	3.094	42.775	7,2	-4,8	-13,7	8,5	4,6	-12,4	-17,5
Abr./15	4.740	57.932	8,2	-3,4	-16,4	13,9	2,1	-14,3	-18,1

FONTE DOS DADOS BRUTOS: MDIC/Sistema Alice.

Gráfico 5

Taxa de variação do PIB, acumulada em quatro trimestres
no Rio Grande do Sul — 1º trim./09-1º trim./15

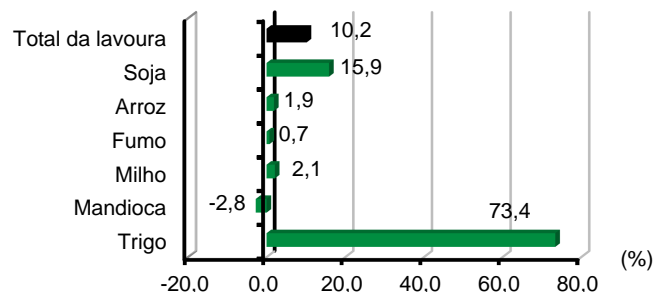


Legenda: ■ PIB do RS — PIB trimestral (RS)

FONTE: IBGE. Contas Nacionais Trimestrais. FEE/CIE/NCR.

Gráfico 6

Estimativa de crescimento da lavoura e de suas principais culturas no
Rio Grande do Sul — abr./15



FONTE: Levantamento Sistemático da Produção Agrícola. FEE/CIE/NCR.

Dilemas da política cambial pós 2011

Após um longo período de apreciação cambial, que vigorou entre 2003 e 2010, teve início, nos últimos quatro anos, um processo de depreciação da moeda brasileira. A princípio lento, e entrecortado por períodos de estabilidade, o ritmo de depreciação do real intensificou-se ao longo de 2015. Esse movimento, tanto no seu sentido amplo quanto no estritamente conjuntural, resulta de uma série de fatores. Entre os principais, figuram a condução da política monetária nos EUA, a evolução dos preços das *commodities*, a coordenação da política econômica interna (monetária e fiscal) e a política de intervenções no mercado de derivativos conduzida pelo Banco Central do Brasil (Bacen).

A moeda brasileira é considerada uma “moeda *commodity*” no mercado financeiro mundial. Isso resulta do elevado peso das exportações de produtos como soja, minério de ferro e petróleo na pauta de exportações nacional. A participação relativamente maior das receitas com esses produtos na oferta de divisas, no mercado de câmbio, influencia a sua dinâmica, seja porque implica uma fonte relevante de dólares no mercado à vista, seja porque afeta as perspectivas futuras de liquidez, determinando, em alguma medida, as operações de arbitragem sobre o diferencial de juros. Assim, no caso de uma tendência persistente de elevação dos preços das *commodities*, a expectativa de apreciação relacionada com a elevação futura dos fluxos estimula o ingresso de capitais nos contratos de arbitragem, em operações do tipo *carry-trade* (nesses casos, o ganho do investidor com o diferencial de juros é ampliado pela valorização da moeda nacional).

Porém, apesar de a influência das *commodities* na dinâmica cambial recente ainda ser elevada, observa-se uma menor correlação entre esses preços e os movimentos da moeda brasileira nos últimos quatro anos, notadamente a partir do final de 2011 (gráfico).

Nesse ano, os preços das *commodities* reduziram-se no mercado internacional, devolvendo parte da alta ocorrida no pós-crise, na esteira da implementação do *Quantitative Easing* (QE) pelo Fed. No plano interno, esse movimento foi reforçado pela tentativa de mudança no *mix* de políticas macroeconômicas, que envolveu o contingenciamento de parte do orçamento federal e a adoção de medidas macroprudenciais para a contenção da expansão do crédito. Essas medidas visavam reduzir a necessidade de elevação da taxa Selic e, ao mesmo tempo, garantir a convergência da inflação para a meta. Buscava-se, assim, ampliar o mínimo possível o diferencial de juros e a atração de capitais. Adicionalmente, o Bacen deu início a uma política de colocação de *swaps* cambiais reversos, nos quais adotava uma posição comprada em dólar, aumentando o custo das apostas em favor da apreciação do real, ao mesmo tempo em que ampliava a utilização de controles de capitais, sobretudo a taxa do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) sobre transações externas.

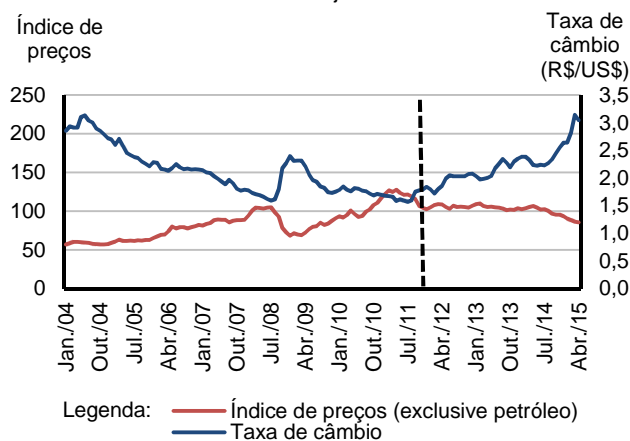
A despeito do rol de medidas, o movimento de depreciação só se intensificou a partir de setembro de 2011, com a surpreendente decisão do Comitê de Política Monetária (Copom) de reverter os movimentos de aumento da taxa Selic, reduzindo-a de 12,5% para 12,0%, na reunião de agosto, e dando início à trajetória que a levaria para 7,25% em outubro de 2012. Essa depreciação, somada ao recrudescimento da crise europeia, induziu a reversão da política de colocação de *swaps* reversos e foi seguida de um período de estabilidade da taxa em cerca de R\$ 2,0/US\$.

Um segundo movimento de depreciação ocorreu em 2013, com o anúncio do Fed de que o início do processo de redução do QE estaria próximo. A volatilidade que se seguiu a esse anúncio afetou não apenas os prêmios de risco dos mercados emergentes, mas também os preços das *commodities*, de modo que a moeda brasileira foi duplamente afetada. A elevada necessidade de financiamento externo da economia brasileira, dada pela ampliação do déficit em transações correntes, somada à queda na popularidade da Presidenta Dilma, em decorrência das manifestações de junho desse ano, contribuiu para ampliar a volatilidade ao mercado de câmbio. Com o intuito de limitar a depreciação cambial, o Bacen deu início a uma política agressiva de colocação de *swaps* cambiais (na qual passou a adotar posição vendida em dólar), que se somou ao processo de elevação da taxa Selic. Nesse período, a taxa de câmbio depreciou-se para cerca de R\$ 2,30/US\$.

Um terceiro movimento ocorreu recentemente, ao final de 2014, com a proximidade da elevação dos juros nos EUA, seguida de uma rodada adicional de redução dos preços das *commodities*. A esses movimentos somaram-se a possibilidade de o País perder o grau de investimento, a piora dos fundamentos internos e a crise política. Entre abril e maio, porém, observou-se uma acomodação da taxa de câmbio em torno de R\$ 3,0/US\$, seja devido ao adiamento das perspectivas de elevação dos juros nos EUA, seja em função das medidas de ajuste promovidas pelo Governo. O Bacen aproveitou o momento de estabilidade para não rolar integralmente os *swaps* vencidos, o que pode indicar tanto a intenção de evitar uma apreciação cambial mais significativa, quanto de reduzir o volume de intervenções.

A dinâmica cambial dos últimos anos revela não apenas a mudança do cenário internacional, mas também uma nova postura do Bacen na sua administração. A taxa de câmbio é um ativo financeiro, mas também é um preço macroeconômico dos mais importantes, de modo que não há país que não a administre de alguma forma. No Brasil, essa administração envolve um *trade-off* entre os benefícios de curto prazo da apreciação cambial — no controle da inflação e, portanto, na velocidade do ajuste macroeconômico — e os seus custos de longo prazo, dados pelo aumento do déficit em transações correntes e pela redução da competitividade industrial.

Taxa de câmbio e índice de preços das *commodities* — jan./04-abr./15



FONTE: FMI.

NOTA: O índice tem como base 2010 = 100.

As políticas de apoio à agricultura no Brasil e no mundo

A oferta de recursos públicos para a agricultura empresarial brasileira cresceu substancialmente nos anos 2000. O crédito para o setor rural passou de aproximadamente R\$ 10 bilhões em 2000-01 para R\$ 187 bilhões na safra 2015-16. O atual Plano Safra, inobstante o ajuste fiscal em curso, apresenta alta de 20% em relação à sua edição anterior. Parte do incremento foi possível devido à destinação obrigatória para operações de crédito rural dos recursos captados pelas instituições financeiras por meio de Letras de Crédito do Agro-negócio.

Apesar da magnitude no volume de recursos ofertados a taxas de juros subsidiados à agropecuária brasileira, o País não está entre os que mais protegem o setor no mundo. A Organização Para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) estima os níveis de proteção que a agricultura recebe em países selecionados. Atualmente, políticas agrícolas de 19 países, cujas exportações e importações somadas respondem por mais de 70% da corrente de comércio internacional de produtos agrícolas, são analisadas pela OCDE. Essa amostra de países pode ser arbitrariamente dividida em três grupos, de acordo com o nível de proteção oferecido à agricultura doméstica em relação à sua produção agrícola em 2012. No primeiro grupo, observam-se países que destinam volume elevado de recursos públicos ao setor agropecuário, entre 20% e 60% da produção total do setor. Em seguida, observam-se países com um nível de proteção variando entre 10% e 19% da produção total, e, por último, países que pouco suportam a produção agropecuária doméstica, com recursos destinados ao setor rural variando entre 0,7% e 7% da produção doméstica total do setor.

No primeiro grupo, com exceção da Indonésia e Turquia, observam-se países com baixa participação no comércio internacional de produtos agrícolas e também um baixo nível de participação do emprego agrícola no emprego total. Nesse grupo de países, que combinam suporte agrícola e restrição de acesso ao mercado doméstico, a Noruega, por exemplo, além de ser o país com maior nível de proteção, 63% em 2012, também apresenta grande parcela (21%) de suas importações de produtos agrícolas com tarifas entre 50% e 100% *ad valorem*.

No segundo grupo, o destaque fica por conta dos países que compõem a União Europeia (UE). A despeito de o subsídio atualmente destinado ao setor rural equivaler à metade do verificado no final da década de 80, o patamar atual de 19% é significativamente elevado, tendo em vista, principalmente, a grande produção agropecuária e a capacidade do bloco de interferir (para baixo) nos preços de *commodities* agrícolas. No segundo grupo, a China também se destaca pelos elevados recursos públicos destinados ao setor rural. Porém, tendo em vista a ainda grande população rural do País e dado que a pobreza no País se concentra majoritariamente nas áreas rurais, o nível de 16% de subsídio aparenta ser mais razoável que o do Canadá, que apresenta um subsídio semelhante ao chinês, mas com uma população rural significativamente menor e com uma parcela irrisória do emprego rural no emprego total.

No terceiro grupo, chamam a atenção países como a Nova Zelândia e a Ucrânia, onde a participação da agricultura no Produto Interno Bruto (PIB) é elevada, mas o nível de apoio ao setor rural é quase inexistente (0,79% e 1,32% respectivamente). Nesse grupo, também se encontram países

como EUA (7,12%), Brasil (4,61%), Chile (3,29%) e Austrália (2,72%).

Observa-se que as intervenções do setor público nos mercados agrícolas, em maior ou menor intensidade, estão presentes tanto em países desenvolvidos quanto em países em desenvolvimento (PEDs). É possível que a trajetória recente de redução dos recursos públicos destinados à agricultura seja fruto também de constrangimentos impostos por instituições multilaterais, como o Banco Mundial, a OCDE e a Organização Mundial do Comércio (OMC). Com relação a esta última, observa-se que pilares centrais da Lei Agrícola norte-americana (Farm Bill) e da Política Agrícola Comum (PAC) da UE foram contestados pelo Brasil, com ganho de causa, nos contenciosos do algodão (EUA) e do açúcar (UE). A necessidade de adequação às regras da OMC provocaram importantes adaptações nesses programas de apoio à agricultura. Tanto a Farm Bill como a PAC — renovadas em 2014 — são dois importantes vetores políticos e econômicos que irão influenciar os preços e a geografia da produção de produtos agrícolas, no mínimo, até 2020. Apesar de apresentarem uma redução na capacidade de distorcer o comércio internacional, comparativamente às suas versões anteriores, esses vetores ainda continuarão forçando uma redução dos preços internacionais de várias *commodities*.

Recentemente, o Grupo de Cairns, uma coalizão de países que advoga pelo fim do protecionismo agrícola, apresentou, no Comitê de Agricultura da OMC, um artigo no qual analisa a evolução das políticas públicas de apoio à agricultura nos 10 maiores *players* de produtos agrícolas do mundo. O grupo sugere que a aparente tendência mundial de queda nas políticas domésticas de suporte à agricultura aumentou as chances de conclusão com sucesso da Rodada de Doha, haja vista que a questão agrícola tem sido o maior impasse no âmbito da OMC.

Por fim, vale refletir que uma análise de valores agregados como essa poderia ser criticada por não enxergar o impacto dessas políticas agrícolas em mercados específicos, como é o caso do leite na UE. Outra crítica a que esse tipo de análise poderia ser submetida está relacionada a não realização do teste de causalidade entre o volume de recursos públicos destinados ao setor e o nível de participação do país na produção e no comércio mundial de produtos agropecuários. É possível que, em alguns casos, a participação no comércio mundial somente ocorra em razão dos altos subsídios. Também é possível que alguns países somente tenham alcançado a autossuficiência em alguns produtos em razão das suas políticas de suporte à agricultura, o que os permitiu contornar suas desvantagens comparativas. Ademais, é prudente salientar que políticas como essas, também conhecidas como políticas do tipo “empobreça seu vizinho”, mesmo que se refletindo mais claramente em mercados específicos, geram, no agregado, seu impacto mais preocupante, pois forçam a produção mundial a um nível acima do socialmente ótimo e distorcem a geografia da produção, prejudicando, sobretudo, os PEDs, que dependem mais intensamente da produção agropecuária.

Sérgio Leusin Júnior
Economista, Pesquisador da FEE

Valor Adicionado e importação nas exportações do Rio Grande do Sul

As exportações do Rio Grande do Sul, para o mercado externo e para o resto do Brasil, representavam, com base na Matriz de Insumo-Produto (MIP), 73,1% do Produto Interno Bruto (PIB) gaúcho de 2008. Apesar da quebra da safra e da desaceleração decorrente da crise internacional, a elevada participação das exportações em relação à produção gaúcha, principalmente na demanda de produtos agropecuários e de transformação, não foi prejudicada.

Além de apresentar o valor das exportações a preços de mercado, a MIP pode ser usada para calcular o impacto das exportações no Valor Adicionado e nas importações, direta e indiretamente. O valor a preços de mercado é a soma do Valor Adicionado, dos insumos produzidos e matérias-primas locais, dos produtos importados, das margens de comércio e de transporte e dos impostos sobre os produtos que o compõem. Porém, para descobrir a participação efetiva de cada atividade nas exportações, é necessário decompor os preços de mercado. A MIP disponibiliza as informações para se redistribuírem, entre as atividades, o Valor Adicionado e as importações utilizadas, e para estimar o tamanho das atividades nos produtos exportados. Na tabela abaixo, são apresentadas as exportações de 2008 a preços de mercado agregadas em seis atividades e sua decomposição.

O Valor Adicionado pela agropecuária nas exportações foi 2,5 vezes maior que suas exportações a preços de mercado, o que significa que seus produtos são mais utilizados como matérias-primas na exportação da indústria de transformação que vendidos *in natura*. Quando o destino da exportação foi o resto do País, pode-se estimar que o uso dos produtos agropecuários como matéria-prima da transformação foi aproximadamente quatro vezes maior que quando

destinado para o mercado externo. Dos insumos agropecuários utilizados pela indústria de transformação, em torno de um quinto foi originado da importação e utilizado como insumo para exportação.

Como a indústria extrativa do Estado é insignificante, foram importados mais de R\$ 16 bilhões de produtos minerais para serem usados como insumo para exportações (correspondendo a 11,1% do valor das exportações). Já a indústria de transformação foi, por sua própria natureza, essencialmente usuária de insumos originados em outras atividades. As exportações a preços de mercado foram 4,8 vezes maiores que o Valor Adicionado, com os insumos importados correspondendo a algo como um pouco mais de um terço do valor, e o restante, aproximadamente 45%, repartindo-se entre insumos produzidos por outras atividades e impostos. A participação do Valor Adicionado na exportação para o resto do mundo foi maior (25,7%) que na destinada a outras unidades da Federação (19,3%). Já o uso dos insumos importados foi maior na exportação interna (36,5%) que na destinada ao mercado externo (31,2%).

Combinando a decomposição com os outros dados da MIP, observa-se que a maioria da importação foi usada como insumo para exportação (51,3%) e que, tanto na agropecuária quanto na transformação, a maior parte do Valor Adicionado, respectivamente, 68,9% e 78,8%, é demandada pela exportação. Todos esses dados, mesmo sem levar em conta os efeitos induzidos pela renda, reforçam a ideia de que, excetuando eventos climáticos que impactam a agropecuária, o desempenho econômico do Estado depende principalmente de seus nexos com a situação econômica nacional e internacional.

Exportações, a preços de mercado, pelo Valor Adicionado e pela importação, do Rio Grande do Sul — 2008

(R\$ milhões)

ATIVIDADES	PREÇOS DE MERCADO		VALOR ADICIONADO		IMPORTAÇÃO	
	Exportação Para o Resto do Mundo	Exportação Para os Outros Estados	Exportação Para o Resto do Mundo	Exportação Para os Outros Estados	Exportação Para o Resto do Mundo	Exportação Para os Outros Estados
Agropecuária	3.448	1.495	5.069	7.413	664	1.486
Indústria extrativa	209	136	70	189	4.505	11.525
Indústria de transformação	29.649	100.652	7.608	19.409	9.236	36.706
Construção civil e utilidades públicas ...	9	1.928	204	1.274	675	2.045
Comércio e transportes	662	4.447	3.509	11.031	401	1.082
Outros serviços	2.339	948	3.218	5.207	662	1.637
TOTAL	36.318	108.659	19.678	44.524	16.144	54.483

FONTE DOS DADOS BRUTOS: SÁ, R. de. (coord.) **Matriz de Insumo-Produto do Rio Grande do Sul**: 2008. Porto Alegre: FEE, 2014.

NOTA: Valores correntes.

Roberto Rocha
Economista, Pesquisador da FEE

CARTA DE CONJUNTURA FEE (elaborada com informações até 03.06.15).

ISSN 1517-7262

A **Carta de Conjuntura FEE** é uma publicação mensal de responsabilidade dos editorialistas. As opiniões não exprimem um posicionamento oficial da FEE ou da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Regional.

 **Fundação de
Economia e
Estatística**

Presidente: Igor Alexandre Clemente de Moraes
Diretor Técnico: Martinho Roberto Lazzari
Diretor Administrativo: Nóra Angela Gundlach Kraemer

Conselho Editorial: Martinho Roberto Lazzari, Bruno Breyer Caldas, Fernando Maccari Lara, Guilherme Stein, Miriam de Toni, Renato Dal Maso, Rodrigo de Sá da Silva e Vanessa Neumann Sulzbach

Núcleo de Indicadores Conjunturais: Renan Xavier Cortes (coord.) e Pedro Kanopf Oliveira

Revisão: Mateus da Rosa Pereira

Fundação de Economia e Estatística
Siegfried Emanuel Heuser
Rua Duque de Caxias, 1691 - Porto Alegre
CEP 90010-283
E-mail: carta@fee.tche.br
Twitter: @cartafee
www.fee.rs.gov.br